

**Desenvolvimento e transformação da escola:
Situação da formação: o espaço e a formação profissional**

Margarida Rézio¹

Resumo

A presente comunicação surge tendo por base os resultados da Dissertação de Mestrado em Sociologia² sobre a cidade, espaço social e formação profissional, partir de um estudo de caso em dois centros de formação profissional na cidade das Caldas da Rainha, centrado no Cencal e no Cenfim. O estudo desenvolveu-se em fases distintas, procurando descrever a realidade educativa e os processos educativos e formativos vividos nessas instituições, procurando analisar alguns reflexos no meio e identificar factores de transformação das práticas educativas, através da formação profissional. Trata-se de uma investigação cuja pertinência sociológica se centra na compreensão do fenómeno das trajectórias de vida no meio urbano, considerando o ponto de vista territorial: o espaço físico e institucional relativamente á oferta e ao desajustamento social do aluno quanto ao seu comportamento, direitos e deveres, normas e valores instituídos, no que concerne á procura do estabelecimento de ensino em função do seu projecto de vida. O objectivo concreto desta comunicação é discutir a actual situação da formação profissional, concretamente, que importância representa a formação para os sociólogos ao longo da vida, como determinante de actualização, motivação e ou profissionalização da mesma classe – conquista de mais-valias (saberes) para a profissão de sociólogo.

1. Introdução

Numa perspectiva de Educação, importa dizer que a formação profissional é entendida no ensino regular em meio urbano, como um processo alternativo que envolve o acumular de disfuncionamentos muito marcados pela desqualificação de saberes, a qual arrasta uma desvalorização e portanto, uma dificuldade maior no acesso aos centros de formação profissional por a formação ser entendida pelos professores como uma escolha de segunda oportunidade.

2 - Organização Escolar – Ensino Regular /Profissional

Graças à transformação do mundo urbano, ao desenvolvimento económico e técnico científico e à mudança de paradigmas - educacional (mais atenção à criança), laboral e à

¹ Aluna de Doutoramento em Sociologia – FCSH da Universidade Nova de Lisboa

² Quinteiro, Margarida Rézio (2006) – “Cidade, Espaço Social e Formação Profissional: Tese de Mestrado. Lisboa: FCSH da UNL.

necessidade de assistir o aluno no desenvolvimento de todas as suas estruturas (física, mental, moral, social, estética, científica, política e religiosa), o sistema escolar desenvolve-se com a tomada de consciência da realidade escolar da criança/jovem como pessoa e da sua educação, tal como é reconhecido por Durkheim (1984: 41) “...na forma de educar e treinar os indivíduos pelos valores, normas e crenças com autoridade e disciplina, em que o indivíduo é socializado e moldado pela sociedade”. A criança e o jovem passaram a ser encarados como pessoa única nos seus aspectos negativos e positivos, a escola ajusta-se mais à realidade, mas é após o 25 de Abril de 1974 que a escola se democratiza “escola para todos”, e no último quartel do séc. xx verifica-se a massificação escolar com entraves, desajustes e consequências tanto para os jovens como para os sistemas escolar e económico. As realidades sócio educativas (professor e aluno) a que Stoer (1992:36), chama “«sociologização»” dos estudos educativos” alteraram-se, dando lugar a desajustamentos sócio escolares, havendo necessidade nos anos 80 de criar escolas de ensino profissional. Introduzem-se conceitos que não sendo novos, adaptam-se às novas realidades sócio educativas e profissionais: Aprendizagem; Educação e Formação de Jovens; Educação e Formação de Adultos; Qualificação Inicial; Especialização Tecnológica; Qualificação e Reconversão Profissional e Reciclagem; actualização, Aperfeiçoamento.

Nesta perspectiva, a **educação** como problema político e social, versus sistema educativo encontra-se limitado e em crise, **Oliveira Neves**, (1993: 9), esclarece quanto à falência do **sistema educativo**: “...o sistema educativo, confrontado com elevados níveis de insucesso e uma tendência persistente ao abandono escolar precoce, o sistema de aprendizagem oferece a oportunidade de participar no reforço da formação escolar para inserção na vida activa esbatendo, por essa via, as resistências de um número significativo de jovens a conteúdo e contexto da escolaridade obrigatória”.

Quanto à criação de **formação de segunda oportunidade**, Oliveira Neves, (1993: 9) refere: “...o sistema de emprego, colocado perante níveis crescentes de desemprego juvenil e a incapacidade de encontrar respostas para uma procura de qualificações do sistema produtivo, (...) escola-instituição e de formação/posto de trabalho, fornece um instrumento relativamente potente que se posiciona simultaneamente como elemento de política de emprego e elemento de política de formação. Este último aspecto, que justifica o envolvimento das estruturas institucionais no domínio do emprego e designadamente do I.E.F.P. enquanto coordenadores/gestores do Sistema, apresenta-se como elemento potencialmente estratégico...” Acrescenta, (...) o Sistema de Aprendizagem permite situar os instrumentos de intervenção em matéria de qualificação de recursos humanos e de apoio ao emprego num contexto de parceria activa em que o Estado se constitui em parte integrante de um dispositivo de formação para o qual disponibiliza recursos materiais (instalações, equipamentos, etc.) e recursos humanos (formadores, divulgadores, etc.) e canaliza recursos financeiros (comunitários e próprios) indo ao encontro das empresas, enquanto espaço de apropriação dos benefícios do processo formativo, mas também enquanto espaço de componentes formativas.

Nesta perspectiva o Sistema de Aprendizagem constitui a primeira experiência estruturada em que se atribui à empresa um papel privilegiado na formação profissional, ligando – a quer ao emprego quer à transferência de competências que decorrem dos

processos técnicos e mecanismos de inovação que têm lugar nas unidades empresariais”. Oliveira Neves, (1993: 10)

O **efeito conjugado** das políticas (educação e produção de capitais), deixa antever a dificuldade, ou mesmo a incapacidade, da escola se adaptar ao público heterogéneo que a frequenta por os **alunos** não se adaptarem às exigências da escola e terem Insucesso Escolar.

A Reforma Educativa nos anos 80, **Lei de Bases do Sistema Educativo** (Lei 46/86 de 14 de Outubro – Art.º 19.º alíneas a, b, c e d), disposição legal e regulamentadora, implementou com vista às necessidades destes alunos quatro tipos de formação a saber:

1. «Formação de qualificação inicial» toda a formação que permite a aquisição de um conjunto de competências;
2. «Formação complementar específica» toda a formação que visa a obtenção das competências em falta definidas no perfil profissional;
3. «Formação contínua de actualização» toda a formação que visa a actualização científica e técnica;
4. «Reconversão Profissional» a possibilidade de ascensão na carreira profissional.

Dubar (1997:144), esclarece que o “...instrumento mais importante é o **diploma** que abre, por si só o acesso a uma **carreira profissional** no termo de um currículo preestabelecido”. Prossegue dizendo: “Permite de seguida distinguir, no interior da própria profissão, aqueles que passaram pela “porta grande” da via universitária baseada numa **formação geral valorizada** e aqueles que entraram pela “porta pequena” da via profissional especializada e desvalorizada”. Acrescenta: “A proporção de emprego qualificado (profissional, no sentido acima referido) relativamente ao emprego total aumenta com a evolução tecnológica e com a especialização das funções de gestão. Este aumento manifesta-se no emprego assalariado das grandes empresas ou administrações burocráticas e não na forma empresarial do emprego independente”.

O **Decreto- Lei n. 242 de 7 de Julho de 1988**, que regula a situação jurídica do formando que participe em acções de formação profissional não inscrito no sistema educativo, atribui aos centros de emprego a tarefa de organização e manutenção de um ficheiro dos formandos, os quais são obrigados, após a conclusão dos cursos de formação, a inscrever-se como candidatos a emprego – estágio - e assim facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho através de formação/qualificação.

Os **Centros de Formação Profissional**, como entidade promotora, de iniciativa local aproveitam recursos disponíveis e articulam-se com todas as entidades. Estas instituições são pessoas colectivas de fim não lucrativo e gozam de prerrogativas das pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos do estatuto do ensino particular e cooperativo. O desempenho da sua actividade está sujeito à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação, ao qual estão sujeitos através de um “*contrato-programa*”, através do qual devem ser definidos estatutos e projectos educativos, áreas e perfis de formação, recursos humanos e materiais, financiamento e gestão, objectivos do centro de formação, denominação e regime de acesso.

3 - A Importância da Escola Técnica no Contexto da Educação Contemporânea

Estudar e trabalhar justifica-se por razões, biológicas, psicológicas e sociais, tanto pela necessidade que o organismo tem de se exercitar, como de ocupar a mente e essencialmente pela necessidade de atender a exigências de carácter individual e de grupo que cada vez tornam-se maiores e prementes, razões que se devem à educação; democratização da vida social, explosão demográfica e à tecnologia. Pode-se então admitir, como afirma Bourdieu (1973:66), que a posição social reflecte o anterior posicionamento escolar. “Tudo se passa como se a posse de um título escolar e, especialmente de um **diploma** de uma escola conceituada, que tende a tornar-se uma condição necessária (**mas não suficiente**) do acesso às posições de poder económico, constituísse, tal como a posse de um título de propriedade num sistema diferente, uma espécie de índice sincrético que garante a posse da maior parte das propriedades e das qualidades que os dirigentes das grandes firmas integradas devem ter para ocupar as posições de poder nas empresas”. A formulação da **política educativa** - reforma do sistema de ensino – nos anos 70, cria o **ensino politécnico**, unifica o ensino secundário em detrimento da formação profissional acabando com as escolas técnicas comerciais e industriais, institui o **12.º ano de escolaridade**, os *numerus clausus*, um novo sistema de acesso ao ensino superior e instaura a escolaridade obrigatória de nove anos. Só nos anos 80 são criados os **centros de formação profissional** que surgem essencialmente como meio de enriquecimento cultural, formação global e de aprendizagem de uma profissão.

Para Stoer e Araújo (2000:23), estas mudanças devem-se “(...) ao desaparecimento do campesinato como grupo social organizado, vai suceder a constatação da sua sobrevivência transmutada (pelo menos, para uma parte) num grupo que, trabalhando a tempo parcial na agricultura, acumula com o trabalho na fábrica, na oficina () mutação e transformação na composição dos grupos camponeses tem implicado paralelamente mudanças no espaço simbólico camponês: representações e valores que tinham até há pouco caracterizado o seu espaço cultural, estão também elas em profunda mutação, por influência dos referentes e valores característicos da cultura urbana (ela própria diferenciada e em constante mutação), trazidas pela emigração pendular e pelos meios de comunicação de massa, mas também facilitadas pelas novas condições de inserção no mundo do trabalho”. Estas transformações são vistas por Sérgio Grácio (1992:157), como consequência de uma crise do patronato ao dizer que: “(...)entretanto a proporção dos patrões diminui drasticamente, com recuperação de 1970 para 1981, indiciando, nas duas primeiras décadas uma instabilização económica...”.

Outro autor, Candeias (2001:85), considera que “...a escola contemporânea, é um reflexo de uma sociedade urbana, e a sua extensão a todo o país representa um primado do urbano sobre rural, ou pelo menos ocupa o espaço deixado por um rural que se vai desagregando”. Com estas medidas, o **Ministério da Educação**, ao tentar levar a cabo uma transformação no Sistema Educativo que tendo como objectivo a diminuição das taxas de insucesso escolar, - medidas insuficientes – têm contribuído para o desenvolvimento de problemáticas sociais – abandono escolar e entrada precoce no mercado de trabalho.

4. Que Escolas Técnicas se estão a Construir?

O ensino surge, pela vontade nacional expressa de pôr termo à iliteracia e ao elevado número de analfabetos adultos e implanta-se e difunde-se acompanhando a transformação crescente, processo e objecto de várias reformas levadas a cabo pelos vários e sucessivos Ministérios da Educação. Constata-se que é a partir do 25 de Abril de 1974, que **as pessoas** tomam uma maior consciência dos benefícios da educação e da falta de instrução e **passam a conciliar a escola com trabalho, formação profissional**. As estratégias de mudança, não tiveram em conta as necessidades, formação e assistência aos professores, a “*formação*” desenvolveu-se à margem do sistema escolar, sem se dar importância ao apoio pedagógico profissional fundamental ao desempenho profissional do professor enquanto transmissor de conhecimento, como referem, Esteves e Stoer (1992: 264/268)

Desta forma, tudo se desenrola e orienta para um desenvolvimento do sentido prático - adaptador da aprendizagem e dos saberes, como a vida social, o saber escolar, o desenvolvimento do conhecimento, trabalho, diferentes organizações de ensino e educadores – formação contínua. A técnica da transmissão de saberes, apoiada pela tecnologia educativa tornou-se numa transmissão reconhecida e organizada de saberes pedagógicos direccionados para a aprendizagem de uma profissão e de aquisição de competências. Da emergência de novas pedagogias, **surgem novos estabelecimentos de ensino** as “*Escolas e Centros de Formação Profissional*” pela imposição de novos cursos, introdução de técnicas pedagógicas sofisticadas (audiovisual e informática), simultaneamente integrando os trabalhadores a utilizarem de forma crescente artifícios pedagógicos, técnicas, que passaram a exigir cada vez mais ensinamentos pedagógicos, como conclui. Jacky Beillerot (1985:47) “ensinar transforma-se numa técnica mais ou menos complexa e o docente num técnico”

A criação destes **novos estabelecimentos de ensino**, em diferentes moldes das anteriores escolas comerciais e industriais, **surgem** como uma resposta correcta aos novos desafios de conciliar políticas educativas com políticas económicas e pela necessidade da organização geral da sociedade face ao aumento de diplomas e do desemprego reforçando a competitividade das empresas e as qualificações e competências dos trabalhadores. ■

5. Políticas de Educação e de Emprego: Trabalho e Formação

O que surgiu de novo na política de educação, na vertente formação, é a conjugação de trabalho e educação através de programas ocupacionais (formação/emprego) – ocupação socialmente útil de pessoas desempregadas – para desempregados e jovens com insucesso escolar. Programas destinados a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, segundo a lógica anunciada pela Portaria 414/96 de 24 de Agosto. O Programa Escolas-Oficinas, promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), visa a criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento de acções de formação profissional, em áreas de actividade de características culturais e sociais relevantes, bem como de outras relacionadas com a valorização do património natural e urbanístico.

A propósito desta problemática também Sérgio Grácio (1992:261) esclarece, “O IEFP acumulou assim em poucos anos um considerável capital, em capacidade e em experiência diversificada de formação. Em particular o dispositivo da formação profissional acelerada do início dos anos 70, quase exclusivamente virado para a formação operária, diversificava-se para outros níveis de formação, segundo modalidades em princípio ajustadas à variedade das procuras”

Estas questões de como conciliar educação, formação e emprego, apesar de parecerem de fácil execução, parecem levantar alguns problemas de conciliação quanto à interacção das várias instituições na forma de recrutamento e acessibilidade aos centros de formação. Também a opção ou a **emergência de formação de adultos** em situação de **desemprego** de longa duração ou de **empregados efectivos** parece levantar algumas dúvidas quanto ao aproveitamento dos capitais humanos e culturais como recursos primordiais de desenvolvimento empresarial, institucional e económico por parte dos recursos humanos das instituições, também elas promotoras de formação – preocupação com a educação e a formação e com a sua aplicação prática, emprego e empregabilidade.

No âmbito das **transformações** operadas, no que concerne à **formação orientada para uma saída profissional**, identificam-se **disfunções** entre legislação e a aplicação prática da lei, face à realidade emergente enquanto elemento estruturante da matriz educação, formação e emprego, atendendo que as noções de educação/formação diferem nas instituições escola/centro de formação no meio urbano e de empresa pública para empresa privada. **Deve-se considerar** que estas noções são influenciadas por factores culturais, pelas condições de vida, acessibilidades, pelo clima, organização empresarial e espacial e pelas actividades económicas dominantes no meio urbano. **E ainda** a políticas organizativas dos “Recursos Humanos” das instituições/empresas, quanto à forma de aproveitamento de recursos internos qualificados e o recrutamento externo, verificando-se uma maior incidência desta situação nas Instituições Públicas Estatais. ■

6. Os Centros de Formação Profissional – Formação Orientada para uma saída Profissional

A partir dos anos 80, dá-se uma alteração de fundo na forma pública de educar. A concepção de **escola comercial e industrial**, desaparece com a reforma do ensino no pós 25 de Abril de 1974, surgindo a formação profissional, instituída pelo Decreto-Lei n.º 102/84 de 29 de Março, “...reveste uma importância estratégica no quadro da política de educação-formação-trabalho...” com a finalidade de promoção e criação de centros de formação profissional através da celebração de protocolos entre o Estado o IEFP, Instituto de Formação Profissional o Centro de Formação e outras entidades institucionais. Os **Centros de Formação Profissional** gozam de autonomia financeira e pedagógica e regem-se, nas suas relações para com terceiros, pelas normas do direito privado. No desempenho da sua actividade, estão sujeitas à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da educação. Só a partir de 1989, há legislação que regulamente a abertura de escolas profissionais no âmbito do ensino não superior, e só a partir de 1993 se clarifica o regime de criação, e funcionamento destas escolas através da revisão do Decreto Lei n.º 26 de 21 de

Janeiro de 1989, pelo Decreto Lei n.º 70 de 10 de Março de 1993, emanado pelo Ministério da Educação e que tinha por base, “...o desenvolvimento de um sistema de aprendizagem e de formação profissional inserida no mercado do emprego...”

Importa contudo salientar que a **formação profissional**, assente na sua componente sociocultural e enquanto modalidade especial de educação escolar **assume também** uma perspectiva de desenvolvimento de um sistema de aprendizagem e de formação profissional inscrita num mercado de emprego, o PNE – Plano Nacional de Emprego; o PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo; compromissos de Acordo de Concertação e Estratégia e do Acordo de Políticas de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação. No Artigo 8.º, “Cursos” do Decreto - Lei n.º 70 de 10 de Março de 1993, no seu ponto 4), pode ler-se: “A criação de novos cursos deve articular-se com outras iniciativas de ensino e de formação profissional e ter em conta a satisfação de necessidades locais de qualificação de recursos humanos, manifestados por entidades ou instituições de âmbito local”

A **decisão do jovem** optar pela via da formação, organização e desenvolvimento dos *cursos* de educação e formação profissional, passa por ser uma estratégia de **adaptação aos seus projectos de vida futura** e de tentativa de sucesso para alcançar os seus objectivos – trabalho e dinheiro – através da via profissionalizante. A **formação profissional** – escolas profissionais – organiza-se e dá **especial relevância** ao regime de aprendizagem e ao ensino tecnológico e profissional, destinando – se a preparar os jovens para a vida adulta e profissional.

A **formação** ministrada nestas **instituições** de formação profissional tem como finalidade:

- A integração e realização sócio - profissional dos indivíduos, preparando-os para o desempenho dos diversos papéis sociais, nos diferentes contextos da vida, nomeadamente o do trabalho;
- Adequação entre trabalhador e posto de trabalho, tendo em conta as capacidades daquele, a mobilidade profissional e a definição e redefinição constantes dos perfis profissionais do presente e do futuro;
- Promoção de igualdade de oportunidades no acesso à formação, à profissão e ao emprego, e da progressão na carreira, reduzindo as assimetrias socioprofissionais, sectoriais e regionais, bem como a exclusão social;
- A modernização e o desenvolvimento integrados das organizações, da sociedade e da economia, favorecendo a melhoria da produtividade;
- O fomento da criatividade, da inovação do espírito, de iniciativa e da capacidade de relacionamento.

Devendo ainda corresponder às exigências do exercício das profissões nos vários sectores de actividade, nas diversas áreas profissionais para e de formação e nos diferentes níveis de qualificação e às aptidões, interesses e necessidades individuais.

A formação profissional por se organizar em cursos e acções correspondentes a programas com duração e características que se ajustam a diferentes modalidades de formação salvaguardam os interesses e ritmos de aprendizagem dos jovens que preferem este tipo de

ensino. Neste contexto a **formação**, ministrada nos centros de formação, tem como **objectivo**, fornecer à actividade económica as qualificações necessárias de imediato ou num prazo mais dilatado, funcionando como um factor de ajustamento qualitativo no mercado de trabalho por estes estabelecimentos de ensino, além de ministrarem **formação inicial**, fornecem **formação contínua** a efectivos de empresas a formandos em idade adulta.

Mário Dias (1997:51/52) dá-nos conta disso quando afirma que, “(...)a formação, desde o início da integração, abrangeu percentagens significativas da população activa e concentrou-se em determinadas empresas, sectores, regiões e pessoas, prosseguindo várias modalidades e destinando-se à solução de variados problemas. E esclarece quanto à **política de formação**, fases de evolução e mercado de trabalho dizendo, “Em 1986, ano da adesão às Comunidades Europeias, Portugal dedicava um volume relativamente escasso de recursos à formação do sistema formal, que se considera como insignificante, embora muita formação se fosse fazendo no posto de trabalho.

As sequelas do 25 de Abril e da crise do petróleo de 1973, conjugadas com alguma incompreensão da profundidade estrutural da crise e da inércia institucional face a interesses parcelares, conduziram a utilização dos meios para as vias mais fáceis dos apoios à manutenção dos postos de trabalho e, em muito menor grau, da criação de postos de trabalho. Entre 1986 e 1989 as chamadas Orientações de Gestão do Fundo Social Europeu (FSE), concebidas para a abordagem de problemas comuns à Europa comunitária, enquadraram o essencial de uma actuação voltada para uma situação bastante degradada do mercado de trabalho em consequência de uma política fortemente restritiva levada a cabo no período de 1983 a 1985. A instauração, entre 1990 e 1993 da gestão dos fundos estruturais por objectivos, e, nomeadamente, a delimitação do Objectivo N.1 para as regiões mais atrasadas, forneceram uma nova lógica às possibilidades estratégicas de desenvolvimento dos recursos humanos, consagrada num Quadro Comunitário de Apoio (QCA)”

Nesta perspectiva os **Centros de Formação**, assumem a dupla função de formar trabalhadores efectivos e jovens em formação à procura do primeiro emprego “*os formandos*”, credenciando ao mesmo tempo os seus pedagogos “*os formadores*” de competências técnicas que assegurem a qualidade da formação ministrada, tendo como objectivo principal, formar e inserir os jovens no mercado de trabalho, “*trabalho qualificado*” e assegurar a continuidade da actividade profissional num contexto de qualidade e excelência de produtividade – qualificações e competências. Assim a formação inicial pedagógica de formadores e a revalidação desta acreditação, tem como objectivo primordial e único “*o formador*” formar – jovens e adultos - pessoal competente para transmitir conhecimentos específicos visando essencialmente a transmissão de conhecimentos de cultura geral e técnico-científicos de orientação profissional e aplicação prática. Constata-se que esta formação de formadores visa essencialmente credenciar o formador pedagogicamente, do grego “*País Paidos, criança e ago*”, que significa, guiar, conduzir (ago) a criança, cuidar da criança, educa-la, Buchon (1964:21) para transmitir, orientar e inserir sócio-profissionalmente, sem obter promoções ou gratificações.

Assim a formação profissional, no intuito dos governantes caracteriza-se por conjugar a **dualidade teórico-prática**, proporcionando aos formandos aquisição de conhecimentos

para o exercício autónomo da prática de uma actividade que visem o desenvolvimento de capacidades empresariais. ■

7. A Formação Profissional nas Desigualdades Sociais e Territoriais

A formação profissional desempenha um papel importante no plano das profissões por dar a possibilidade de renivelamento e requalificação profissional perante as evoluções técnicas e organizacionais, como forma de acompanhar e facilitar as mudanças e preparar o futuro – prospectiva.

Acompanha as mudanças, - a curto, médio/longo prazo – aos quais serão atribuídos recursos, tempo e meio financeiro, no plano da formação:

A curto prazo (melhorar o existente) - Desempenhos de unidade (qualidade, produtividade) e desempenhos individuais no emprego

A médio longo prazo (acompanhar e facilitar as mudanças e preparar o futuro) quanto a:

1. Investimentos (máquinas, informática)
2. Mudanças de organização (polivalência)
3. Evoluções de carreira, (Integração, Promoções, Mobilidade interna, mobilidade externa, evolução das profissões, evolução das qualificações, Objectivos específicos)

Disto nos dá conta Rui Moura (1998:6) quando afirma, que, “As profundas alterações ocorridas no mundo e na nossa sociedade incidiram fortemente nos aparelhos produtivos, na estrutura do emprego e na base das qualificações profissionais, redundando em empresas dotadas de visão empresarial que se modernizaram a tempo, em empresas cujo futuro ainda é incerto e ainda noutras cujos problemas económicos e sociais são deveras graves. E por isso, a sobrevivência económica de muitas empresas passa por processos de reestruturação e de recuperação com incidência em reconversões profissionais.”

Quadro 1: A Natureza Mutável das Qualificações em Bancos e Companhias de Seguros. (Bertrand e Noyelle, 1988)

| Competências anteriores | Novas competências em desenvolvimento |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Capacidade de funcionar num ambiente bem definido e estável | Capacidade de funcionar num ambiente mal definido e em constante mutação |
| 2. Capacidade de fazer face a processos de trabalho repetitivo, simples e concreto | Capacidade de fazer face a processos de trabalho não-rotineiro e abstracto |
| 3. Capacidade de funcionar num ambiente de trabalho supervisionado | Capacidade de tomar decisões e assumir responsabilidades |
| 4. Trabalho isolado | Trabalho de grupo; trabalho interactivo |
| 5. Capacidade de funcionar em horizontes geográficos e temporais restritos | Compreensão geral do sistema: capacidade de funcionar em horizontes geográficos e temporais em expansão |

Fonte: Barry Nyan, in “Desenvolver a Capacidade de Aprendizagem das Pessoas”(1996:43)

Senão, vejamos o que afirma Alain Meignant (1999:31/32), “...o controlo da massa salarial é que pelo menos em França, os orçamentos de formação são calculados em relação a essa massa salarial. ...penetrar *in loco* nos segredos da competitividade japonesa puderam verificar que os responsáveis nipónicos nem sequer compreendem a questão quando se lhes pergunta que percentagens da massa salarial consagram à formação. Para eles, a formação está de tal modo integrada no funcionamento da empresa que são incapazes de apurar o seu custo específico.”

A formação ficou muitas vezes demasiado tempo numa lógica social, utilizada pelas direcções de pessoal como elemento de regulação nas relações com os parceiros sociais, supostamente «terreno neutro». A evolução das profissões - engenharia de programas informáticos, engenharia financeira, auditoria, imagens virtuais – portadoras de futuro. Profissões que aparecem outras transformam-se, outras perdem importância. A **formação contínua** pode desempenhar um papel importante na preparação para essas profissões. As empresas decidiram agir para requalificar uma categoria de pessoal colectivamente fragilizada pelas evoluções técnicas ou organizacionais e dar-lhe a possibilidade de se renivelar, trata-se de desenvolver a empregabilidade, prevenir risco de inadaptação, desenvolver a capacidade para uma situação profissional nova e precisa, promovendo e reforçando a empregabilidade a empresa evita riscos de desfasamento maciço entre níveis de qualificação exigidos e o nível real.

Podemos dizer que é neste ambiente de emergência da problematização da formação num contexto das profissões e funções que Mário Caldeira Dias (1997:35), analisa as decisões políticas de intervenção neste domínio. “A política de **emprego e formação**, e de uma forma mais geral, todas as intervenções de gestão do mercado de trabalho decorrem no contexto do seu funcionamento e incidem, directamente sobre os fenómenos que são inerentes à sua organização, funcionamento e evolução. O mercado de trabalho configura-se como um espaço social, na medida em que integra múltiplas dimensões da sociedade, geograficamente não delimitado, no qual ocorre o confronto dinâmico entre a procura e a oferta de trabalho e, por esta via, das determinantes conjunturais (cíclicas) e estruturais, que estão na origem dos fluxos que explicam o volume e o conteúdo da oferta e da procura e o resultado desse confronto em termos de síntese de equilíbrio ou desequilíbrio entre as duas.”

Esta complexa situação, leva Alain Meignant (1999:291), a acentuar o papel da formação, como tendo “um papel privilegiado a desempenhar, na condição de a entender não só na sua forma tradicional de ensino, mesmo modernizada, mas também dando ao conceito uma concepção extensiva, incluindo o conjunto dos meios que permitam aos homens e às organizações encontrar o seu lugar na nova economia baseada no saber.”

Donde se conclui que a **formação profissional**, liga explicitamente objectivos de competitividade económica com objectivos de melhoria da gestão de recursos humanos criando e reforçando condições de competitividade e só desempenhará um papel facilitador de fluxos entre a produtividade da administração pública, o sector de mercado e a empresa – recrutamento e assalariados – através do desenvolvimento da sua empregabilidade, quando se criarem condições para que todos unam esforços e criem dispositivos concertados com a administração territorial e que desenvolvam competências do pessoal que salvaguardem o emprego e reforcem a competitividade das empresas.

8 - As Desigualdades: O Trabalho e a Formação Profissional.

Para que haja um melhor entendimento do fenómeno do **ensino** e da procura da Formação Profissional no **meio urbano**, é de importância capital situá-lo no contexto actual do ensino, considerando a evolução sofrida pelo sistema educativo nos últimos 25 anos, atendendo à forma como o ensino surgiu e à forma como evoluiu, e as formas que prevalecem na actual sociedade, tendo em conta o surgimento, a sua evolução e realidade urbana – expansão territorial e urbana – assim como o surgimento dos Centros de Formação Profissional. A visibilidade crescente do **ensino** centra-se essencialmente no valor que o homem moderno atribuiu ao **conhecimento** e à educação – o saber. No âmbito das transformações operadas no que concerne à procura do ensino, pode-se considerar que estas noções são influenciadas por factores culturais, pelas condições de vida, pelo clima e pelas actividades económicas dominantes no meio urbano e a forma como os diversos grupos sociais se apropriaram do espaço.

A par desta expansão, surgem mais equipamentos, e **equipamentos escolares** que por imposição político legal, (Lei da Formação Profissional – Dec.Lei 165/85) surgem mais **Escolas e Centros de Formação profissional**, donde pode ler-se: “...dar enquadramento jurídico a uma das grandes linhas orientadoras da actual política de formação profissional, que consiste na obrigação que o Estado pretende assumir de prestar apoio técnico, pedagógico e financeiro a quaisquer entidades do sector público, cooperativo ou privado que desenvolvam ou venham a desenvolver acções de formação profissional. § Art. 1.º - 1 – O presente diploma define o regime jurídico dos apoios técnico - financeiros por parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) à formação profissional em cooperação com outras entidades.”

A **criação no país dos Centros de Formação Profissional** – Centros de Gestão Directa e Centros de Gestão Participada - nomeadamente no âmbito da educação/formação, segundo os objectivos, políticas e estratégias do relatório dos países, refere-se, no Eurydice, Portugal (2000:114/115) com base nos documentos orientadores das políticas educativas e da estratégia e do PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo (2000/2006), que para o caso de Portugal, “...afigura-se necessário uma mudança de paradigma de prestações dos serviços educativos, consubstanciada numa tripla transição:

- De um sistema de ensino e formação, centrado na oferta, para um sistema baseado em aprendizagens para todos e ao longo de toda a vida, incluindo as aprendizagens individuais, que do aprendente e uma perspectiva de educação completa e pluridimensional;
- De um sistema fechado e pouco dialogante para um sistema aberto que facilite a diversidade dos percursos educativos, a empregabilidade das formações;
- De um sistema com escolas desinseridas das comunidades para um sistema centrado em escolas inseridas em comunidades concretas”.

Cujos objectivos e estratégias, sejam as de “melhorar a qualidade da educação básica, contribuindo para uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania activa e a de

expandir e diversificar a formação inicial de jovens, apostando na qualificação e elevada empregabilidade das novas gerações”. **Eurydice**, Portugal (2000:115)

Também a análise da distribuição regional das estruturas do sistema de educação/formação revela uma maior concentração dos estabelecimentos escolares nas regiões urbanas – saber urbano, teórico, enciclopédico e abstracto - distribuição que parece conjugar-se com a localização do potencial demográfico, a repartição da população activa e com a localização das actividades económicas.

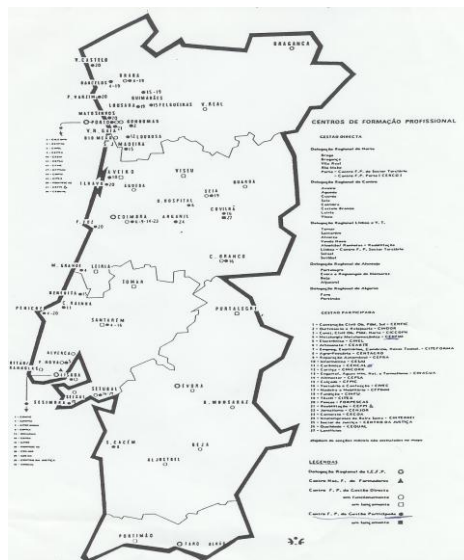
A expansão do ensino/formação, associa-se ao crescimento demográfico, às migrações, urbanização, evolução da ciência e da técnica, componentes que se interligam e reforçam-se mutuamente. A formação profissional surgiu associada a necessidades sociais e profissionais, designadamente, em relação à **escolha de profissão** como processo global e permanente através do qual jovens e adultos se preparam para a vida e para o exercício de uma actividade profissional e como elemento estruturante da matriz educativa/formativa.

Refere Manuela Silva (1993:22), a propósito dos diferentes ritmos de **mudança dos sistemas educativos** e da forma de relação desses domínios, que “o ensino dificilmente se adapta às necessidades do desenvolvimento social (...). Os sistemas educativos também têm sido objecto de transformações e têm-no sido de maneira acelerada. Mas isso não tem acontecido com a dinâmica suficiente, de forma a permitir-lhes acompanhar o ritmo das transformações que se verificaram, e continuam a verificar, em todos aqueles domínios (...) a preparação profissional dispensada no ensino tradicional, a educação ou a formação profissional extra-escolar passou a ser solicitada para responder às mais variadas necessidades que, a todos os níveis, se faziam sentir. Tornou-se num meio privilegiado de adaptação à vida profissional”.

Os **Centros de Formação**, também denominados de centros protocolares ou de gestão participada - protocolos entre IEFP, Associações Empresariais e Sindicais – têm como objectivo a formação inicial de jovens e de trabalhadores em diferentes sectores de actividade económica. Esta formação é financiada pelo *Orçamento do Estado*, por *empréstimos externos do Banco Mundial* e por verbas do Fundo Social Europeu. A formação profissional torna-se de **difícil quantificação**, quem o afirma, são os autores João Ferrão e António Oliveira (1990:28) ao dar-nos conta que se revela, “impossível, dado o seu carácter difuso, quantificar e avaliar a expressão deste potencial de oferta de formação.”

No entanto torna-se possível observar a rede de Centros de Formação Profissional, distribuídos pelo país no mapa da, fig. 1 e daí retirar-se as nossas ilações há cerca da formação profissional. Compreende-se assim que as **disparidades regionais** obstam ao entendimento da distribuição regional da formação por constituírem em termos de educação dificuldade ao querer situar escola e formação no plano da análise, por as regiões divergirem nos seus agrupamentos.

Figura 1 Distribuição da Formação Profissional (IEFP)



Fonte: João Ferrão e António Oliveira (1990)

O que parecia ser uma evidência, pelo vulgo da identificação, revelou-se gradualmente como obstáculo no caso da formação, por aos centros de formação profissional não ser dada a mesma distribuição geográfico territorial que às escolas. Dificuldade que se liga com a divisão territorial. É uma questão da divisão do país, tomemos cmo exemplo o caso das Caldas da Rainha que fazem parte do distrito de Leiria no entanto uma parte tem a ver com a diocese de Lisboa no que respeita ao Patriarcado, noutra à Região de Lisboa e Vale do Tejo e para a Formação profissional pela divisão regional e distribuição dos Institutos de Formação Profissional (IEFP) grupo do qual fazem parte, insere-se no Oeste, incluindo apenas dois concelhos. Peniche e Caldas da Rainha.

É a partir desta reflexão que se equaciona o aparecimento em Portugal na década de 80, de sistemas diversificados que simultaneamente pretendem oferecer preparação cultural e profissional (Dec. Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro) aos jovens, onde pode ler-se: “(...) contribui para: O aumento das qualificações profissionais de jovens (...) A movimentação de contingentes significativos de jovens para vias profissionalizantes...”

A vontade de educar e formar melhor as pessoas, passa em grande medida, pelos incentivos ao nível da formação profissional no sentido de desenvolver o auto - conhecimento para que as pessoas sejam capazes de fazer as suas escolhas profissionais convenientemente. Neste sentido afirmam-se novas formas de desenvolvimento de competências ao desempenho de uma profissão em que a formação profissional assegura conhecimentos e competências profissionais ao indivíduo, tentando promover o desenvolvimento pessoal, que se traduz em socializar.

9. Conclusão

Como resposta emergente da problemática da formação profissional, relembro a orientação dada ao trabalho com maior pertinência à vertente educação/formação, atendendo aos traços fundamentais do perfil dos estabelecimentos escolares que estão ligados à tradição de uma escola concebida para todos e de orientação preferencial última para os estudos universitários – prosseguimento de estudos.

A reflexão sobre a organização da formação profissional desenvolvida pelos centros de formação a laborarem em regime nocturno e diurno, orientou-se segundo uma estratégia relacional dos desajustamentos entre os alunos e o sistema educativo nacional enquanto prestador de cuidados públicos e semi-públicos. Procurou-se analisar essencialmente a criação do ensino e a sua evolução através de várias reformas e da criação da formação profissional e sua articulação entre escolas e centros de formação. A formação profissional foi analisada através das práticas sociais do ensino, tendo em conta a inserção do aluno em meio urbano.

A análise dos resultados contribuiu para a compreensão das disparidades regionais e o quanto obstam ao entendimento da distribuição regional da formação por constituírem em termos de educação dificuldades quanto à situação da escola e da formação por as regiões divergirem nos seus agrupamentos de distribuição – diferente distribuição geográfico territorial das escolas e dos centros de formação, embora ambos dependam do Ministério da Educação.

Nesta perspectiva, a formação profissional, pela sua importância económica e social dos recursos envolvidos, passou a ser encarada como um sistema que pressupõe diferentes níveis de intervenção, que vão da formação ao emprego, ou seja formas organizadas de actuação em cada nível (professor, sociólogo, formador, canalizador...) modelos de financiamento adequados e métodos de avaliação sistemática e objectiva, sobre a efectividade e ou eficiência e qualidade do ensino e ou formação prestados.

Conclui-se portanto que a educação/formação se confronta com dificuldades de organização, divisão e utilização do espaço, bem assim como limitações na articulação entre serviços escolares prestados aos alunos quanto às suas necessidades educativas/formativas. Estas dificuldades são também sentidas pelos professores quanto à distribuição regional da formação por a mesma não ser equitativamente distribuída.

Bibliografia

- BAPTISTA, Luis V; CORDEIRO, Graça Índia, COSTA, António Firmino; Org., (2003), Etnografias Urbanas Celta Editora;
- BEILLEROT, Jacky, (1985), A Sociedade Pedagógica, Biblioteca da Educação, Rés Editora;
- BOURDIEU, Pierre, (1993), “La Misère du Monde”. Paris, Seuil;
- BUCHON, Consuelo Sanches, (1964), Curso de Peagogia, Publicaciones de la Institucion Teresiana de Madrid;
- CANDEIAS, Antonio (2001), Transnacionalização da Educação – Da Crise da Educação à “Educação” da Crise, CAPITULO I – Processos de Construção da Alfabetização e da Escolaridade: O Caso Português; Edições Afrontamento;
- DIAS, Mário Caldeira (1997), Avaliação das Políticas de Emprego e Formação; Edição do Ministério do Emprego e Formação Profissional – Ministério para a Qualificação e o Emprego;
- DUBAR, Claude (1997), A SOCIALIZAÇÃO – CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS E PROFISSIONAIS, Porto Editora;
- DURKHEIM, Émile, (1977), A Divisão do Trabalho Social, Lisboa, Presença;
- DURKHEIM, Émile, (1984), Sociologia da Educação e Moral, Rés Editora;
- ESTEVES, António Joaquim; STOER, Stephen R., (1992), A SOCIOLGIA DA ESCOLA – Professores, Educação e Desenvolvimento, Edições Afrontamento;
- GRÁCIO, Sérgio, (1992), Destinos do Ensino Técnico em Portugal – 1910/1990, Tese de Doutoramento, Espólio da Biblioteca da U.N.Lisboa, Cota. C.S. 7202;
- MEIGNANT, Alain; (1999) - A Gestão da Formação, Gestão e Inovação, Ciências de Gestão, Publicações D. Quixote;
- MOURA Rui, (1998) A Natureza Mutável das Qualificações em Bancos e Companhias de Seguros, Bertrand e Noyelle;
- NEVES, Oliveira, (1993), O Sistema de Aprendizagem em Portugal –experiência de avaliação crítica, Edição do Instituto do Emprego e da Formação Profissional – Ministério para a Qualificação e o Emprego;
- SILVA, Maria Manuela Machado, (1993), Educação e Sociedade de Risco, Gradiva;
- STOER, Stephen R. ARAÚJO, Helena Costa, (2000), Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (semi) Periferia Europeia, Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação;

LEGISLAÇÃO:

Decreto-Lei n.º 102/84 de 29 de Março de 1984

Decreto – Lei 165/85

O Decreto – Lei n. 242 de 7 de Julho de 1988

Decreto – Lei n.º 26 de 21 de Janeiro de 1989, pelo Decreto Lei n.º 70 de 10 de Março de 1993,

Decreto – Lei n.º 70 de 10 de Março de 1993

Portaria 414/96 de 24 de Agosto de 1996

Decreto – Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro de 1996

PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo (2000/2006

Eurydice, Portugal (2000:114/115)